

O BRASIL E A SAGA DOS DÉSPOTAS NÃO TÃO ESCLARECIDOS: UMA APLICAÇÃO DA TEORIA DAS ELITES E SUA NARRATIVA

EL BRASIL Y LA SAGA DE LOS DÉSPOTAS NO ESTÁ DECLARECIDOS: UNA APLICACIÓN DE LA TEORÍA DE LAS ELITES Y SU NARRATIVA

Clara Skarlleth Lopes de Araujo¹

Resumo

O presente estudo se propõe a analisar o contexto político brasileiro partindo de uma abordagem acerca da atuação das elites dominantes e de como elas fazem uso de sua narrativa para perpetuar os seus domínios. A análise permeia, em um primeiro momento, o estudo da capacidade das elites em se manter em uma posição de dominação através da disseminação de seu discurso e da utilização de mecanismos ideológicos como a escola e a mídia. Em um segundo momento, adentramos no contexto político propriamente dito para apresentar como a ideia de democracia e de defesa do pluralismo mostram-se como formas de dominação impostas pelas classes dominantes e como meios concretos de legitimar a sua posição, tendo como resultado um claro contexto de crise de representação política e social. Nos propomos a abordar tais elementos pelo fato de que os mesmos são apresentados como uma forma de ampliar os meios de participação popular quando, na verdade, são novos mecanismos utilizados pelas elites para mascarar a realidade e garantir a sua posição de privilégios.

Palavras-chave: Teoria das Elites, Poder, Crise.

Resumen

El presente estudio se propone analizar el contexto político brasileño partiendo de un abordaje acerca de la actuación de las élites dominantes y de cómo ellas hacen uso de su narrativa para perpetuar sus dominios. El análisis permeaba, en un primer momento, el estudio de la capacidad de las élites en mantenerse en una posición de dominación a través de la disseminación de su discurso y de la utilización de mecanismos ideológicos como la escuela y los medios. En un segundo momento, adentramos en el contexto político propiamente dicho para presentar cómo la idea de democracia y de defensa del pluralismo se muestra como formas de dominación impuestas por las clases dominantes y como medios concretos de legitimar su posición, dando como resultado un claro contexto de crisis de representación política y social. Nos proponemos abordar tales elementos por el hecho de que los mismos se presentan como una forma de ampliar los medios de participación popular cuando, en realidad, son nuevos mecanismos utilizados por las elites para enmascarar la realidad y garantizar su posición de privilegios.

Palabras clave: Teoría de las Elites, Poder, Crisis

¹ Graduanda do Curso de Direito da Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: claraskarlleth@hotmail.com

Orientador: Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho, professor de Direito Constitucional e Sociologia Geral e Jurídica no Curso de Direito da Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: djamiro.acipreste@urca.br

1 INTRODUÇÃO

O estudo da Teoria das Elites e de seus meios de dominação é essencial para o entendimento sobre a construção do contexto político brasileiro. Se analisarmos o modo como se deu essa construção, observaremos que as diversas modificações ocorridas no cenário da política brasileira, apresentaram-se como meios de manter o jogo de interesses posto, dando uma nova roupagem aos modelos vigentes outrora com o objetivo de implementar uma transformação apenas no âmbito formal, sem que isso resultasse em transformações radicais na base da sociedade.

No presente estudo, analisaremos os meios através dos quais a elite dissemina as suas ideias e consegue legitimar atos que, na maioria das vezes, vão de encontro aos interesses da grande massa popular. Observaremos que a capacidade que as elites têm de se manter no poder ganha força através da sua narrativa hegemônica e da utilização de aparelhos ideológicos.

Abordaremos, ainda, de que forma a disseminação das ideias de democracia e da valorização da pluralidade ganharam relevância nesse contexto, apresentando-se como novos mecanismos utilizados pelas elites para mascarar a realidade.

2 AS ELITES E A SUA CAPACIDADE DE DOMINAÇÃO

Analisando o contexto de construções históricas da sociedade brasileira notamos que o mesmo é amplamente marcado por processos claros de dominação impostos pelas elites. Observamos que as mudanças formais apresentadas a cada novo período, tanto no cenário jurídico como no cenário político, mostraram-se sempre como artimanhas arquitetadas pelos detentores do poder, com o intuito claro de perpetuar os seus domínios.

Notamos que no decorrer da história jurídica brasileira, os textos constitucionais e as leis em geral sempre surgiram atendendo aos interesses dominantes e renegando direitos às parcelas mais pobres e majoritárias. Constatou-se a ocorrência de mudanças formais nos textos legais como uma forma de controlar a insatisfação popular, dando ao povo a falsa percepção de que mudanças reais estavam sendo implementadas, quando na verdade essa era, e continua sendo, apenas mais uma forma de mantê-los controlados.

Nesse contexto, constatamos que a ação protagonista das elites brasileiras se mostrou efetiva no sentido de impor todos os meios necessários a disseminação de seus

interesses e objetivando unicamente a permanência no controle do cenário político, jurídico e social.

Observamos, portanto, que a atuação dessa elite brasileira encontra-se totalmente distanciada da realidade social e totalmente alheia a tudo aquilo que não possui relevância no projeto de manutenção do seu status dominante. Nas palavras de Raymundo Faoro

O Brasil é dirigido por uma classe dirigente sem conexão com uma base, uma classe dirigente que se renova dentro dela própria. Esse é o estamento, que se renova, dentro dele próprio, e se renova por um fenômeno de circulação das elites. (GUIMARÃES, 2009, p. 99)

Para tanto, a elite reconhece que para que a sua existência como classe dominante se perpetue, é lógica a conclusão sobre a existência necessária de uma classe dominada, sobre a qual recairão os ônus da manutenção dos privilégios desfrutados por aquela. Dessa forma, para que essas relações entre dominante e dominado se perpetuem é necessário que se imponha uma reprodução da ideia de submissão, responsável por assegurar que o desenho da sociedade permaneça estático.

Em sua obra “Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado”, o autor francês Louis Althusser inicia a análise dessa questão fazendo uma abordagem acerca da perspectiva marxista de que o Estado exerce uma função relevante no processo de sobreposição da classe dominante sobre a classe dominada. O autor apresenta a conceituação de Estado para a teoria marxista clássica, a qual estabelece que este “é uma ‘máquina’ de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à classe dos proprietários de terras) assegurar a sua dominação sobre a classe operária para a submeter ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, a exploração capitalista) (ALTHUSSER, p. 31). Nesse sentido, o Estado atuaria objetivando reprimir aquilo que não se mostrasse a favor do sistema de exploração e dominação posto pela classe dominante.

No entanto, Althusser faz uma crítica a teoria de Marx, no sentido de que esta seria insuficiente e faz uma complementação apresentando as ideias de “aparelho de Estado” e “poder de Estado”. Seguindo essa lógica, o “aparelho de Estado” compreenderia as estruturas básicas através das quais o Estado se materializa, ou seja, as instituições que dão corpo ao mesmo, enquanto o “poder de Estado” seria representado

por quem estaria inserido dentro do aparelho de Estado utilizando-o em benefício próprio, seriam, portanto, os movimentos de tomada e conservação do poder do Estado.

Seguindo essa perspectiva apresentada pelo autor, observamos que os detentores do “poder de Estado”, quando ali inseridos, tomam para si o poder de direcionar e comandar os “aparelhos de Estado”, segundo as suas pretensões e impondo a sua dominação sobre os demais.

Trazendo tais colocações para a realidade brasileira, vemos que as mudanças políticas ocorridas nos diversos períodos históricos brasileiros não impuseram uma mudança de fato na aparelhagem estatal, pelo contrário, foram responsáveis por manter as bases do poder já posto fazendo, apenas, a introdução de novos atores. Assim, as estruturas que formam o “aparelho do Estado” se tornam, de uma certa forma, irrelevantes, pois serão submetidas ao “poder de Estado”, que é concretamente quem determina o sentido das relações segundo o seu modelo de dominação.

Em continuidade, Althusser introduz sua ideia de aparelhos ideológicos do Estado, estabelecendo que os mesmos compõem a estrutura do aparelho estatal mas com ele não se confundem, uma vez que não possuem o seu caráter essencialmente repressivo. Dessa forma, a estrutura básica dos aparelhos do Estado estaria dividida em Aparelho Repressivo do Estado (ARE), que se exterioriza através do próprio Estado e seus meios de imposição de repressão e coação, e em Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), que o autor designou como “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas.” (ALTHUSSER, p. 43).

Por fim, o autor faz uma distinção essencial ao dispor que o Aparelho Repressivo de Estado tem como característica principal o uso da violência, sendo esta física ou não, enquanto os Aparelhos Ideológicos do Estado teriam como característica principal a utilização da ideologia. Conclui destacando que tanto o Aparelho repressivo como os Aparelhos Ideológicos atuam buscando o mesmo objetivo, qual seja, reproduzir os meios de controle da classe dominante sobre a classe dominada.

Há, portanto, uma comunhão de ações no sentido de propagar as ideias dominantes. Tal assertiva nos faz concluir que, na realidade brasileira, o Estado manifesta a sua face repressiva, principalmente, através do seu sistema jurídico e da imposição de restrições violentas sobre a vida das pessoas, e em conjunto, subsidiado pela elite dominante, faz uso de seus aparelhos ideológicos, a exemplo da religião e da mídia, para

propagar seu discurso e introduzir nos indivíduos a ideia de que as medidas implementadas são corretas, justas e necessária.

Notamos que essas imposições ideológicas são tão eficientes e tão fortemente arraigadas na consciência das pessoas que acabam por fazer com haja a sua reprodução, muitas vezes até de forma inconsciente. Nesse sentido, observamos que os detentores dos meios de dominação são tão eficientes na propagação do seu discurso que os seus receptores (povo) acabam por reproduzir até mesmo ideias contrárias aos seus próprios interesses.

Com base nessa ideia de imposição da dominação por meio de uma narrativa e da construção de valores gerais capazes de legitimar esse processo, é interessante fazermos uma análise acerca dos conceitos de infraestrutura e superestrutura presentes na obra de Marx. Segundo o autor a infraestrutura constituiria a base econômica da sociedade, composta pelo povo, que, por meio da sua força produtiva, impulsiona todo o restante dessa estrutura possibilitando, inclusive, a sua existência. Em contrapartida, a superestrutura seria aquela composta pelas instâncias jurídica, política e ideológica da sociedade, compreendendo o topo da estrutura social.

Dessa forma, para manter o desenho estrutural da sociedade, a elite representante da superestrutura necessita exercer algum tipo de influência e controle sobre a base, com o intuito de evitar que essa base deixe de agir seguindo os seus interesses. Para tanto, utilizam-se de vários meios, inclusive do próprio aparelhos repressivo estatal, bem como de seus aparelhos ideológicos.

Portanto, para concretizar os seus objetivos e assegurar a reprodução inconsciente de seu discurso o sistema capitalista faz uso de diversos meios, dentre os quais, merece destaque a escola. Segundo Althusser, as escolas são vistas como ambientes essencialmente destinados a disseminar os saberes práticos. Mas essa é a visão romântica que temos dos estabelecimentos educacionais. Nesse sentido dispõe o autor:

Mas, por outro lado, e ao mesmo tempo que ensina estas técnicas e estes conhecimentos, a Escola ensina também as regras dos bons costumes, isto é, o comportamento que todo o agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exactamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. (ALTHUSSER, 1910 p. 21)

Desse modo, a escola é utilizada, de maneira velada, como um instrumento de controle. A escola é utilizada para moldar as pessoas com a finalidade de manter um controle rigoroso e ao mesmo tempo mascarado sobre elas.

Por outras palavras, a Escola (mas também outras instituições de Estado como a igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam saberes práticos mas em moldes que asseguram a sujeição à ideologia dominante ou o manejo da prática desta. Todos os agente da produção, da exploração e da repressão, não falando dos profissionais da ideologia (Marx) devem estar de uma maneira ou de outra penetrados desta ideologia, para desempenharem conscienciosamente a sua tarefa – quer de explorados (os proletários), quer de exploradores (os capitalistas), quer de auxiliares da produção (os quadros), quer de papas da ideologia dominante (os seus funcionários), etc. (ALTHUSSER, 1970, p. 22).

Outro meio amplamente utilizado pela classe dominante como forma de manter sua posição de dominação é a mídia, a qual sempre esteve claramente atrelada a conceitos como poder, alienação e ideologia.

Sob este aspectos, sabemos que a mídia encontra-se inserida no mercado de consumo, sendo patrocinada diretamente por aqueles que detém o capital. Em virtude desse patrocínio, encontra-se concentrada nas mãos de poucos, os quais definem as informações que serão veiculadas e as utilizam sempre em benefício próprio, no intuito de disseminar aquilo que melhor lhe convém.

Como consequência dessa mera busca por lucro, não há a preocupação com o conteúdo das informações, sendo apresentado ao público apenas propagandas e anúncios que corroborem com o interesse duplo, qual seja, da mídia e de seus patrocinadores. Além disso, aqueles que não tem condições de “patrocinar”, acabam perdendo espaço, resultando em uma hegemonia na oferta da informação.

Por fim, nota-se que existe, ainda, uma falsa atuação da mídia e das elites no sentido de fazer veicular algumas ideias que se mostram contrárias ao seus valores e que detenha um caráter escancarado de oposição, no sentido de introduzir nas pessoas o falso entendimento de que não há uma hegemonia e que a mídia atua de forma imparcial.

Adequadamente, os grandes anunciantes incorporados quase nunca patrocinam programas que contêm críticas sérias sobre suas atividades empresariais, como impactos ecológicos

negativos, o funcionamento do complexo militar-industrial, ou o apoio e auxílio empresarial às ditaduras do Terceiro Mundo. (GRETTER, 2017, p. 3)

3 DEMOCRACIA E PLURALISMO EM MEIO À DOMINAÇÃO

É perceptível que a luta pela democracia e a disseminação dos elementos do pluralismo e da diversidade foram ganhando força no contexto brasileiro, apoiados, mais uma vez, pelas elites, que viam nesses elementos novas formas de controlar o povo segundo as suas pretensões.

A democracia não foi uma construção que visou dar ao povo amplos poderes de decidir sobre a condução da vida política. A democracia, nos moldes postos pela elite brasileira, foi apenas mais uma forma de legitimar sua atuação, dando ao povo a falsa percepção de que todas as decisões emanariam dele, quando, na verdade, ele era, e continua sendo, manipulado como simples marionete, conduzida pelas mãos daqueles que realmente detém o poder.

O projeto de uma sociedade democrática foi apresentado como um novo modelo de inclusão de todas as formas de expressão, mas, na realidade, resultou em um novo mecanismo de legitimação dos poderes dominantes.

Partindo dessa perspectiva, o discurso democrático e de maior participação popular não se coadunava com o sistema de exclusões das minorias. Desse modo, para que seu projeto de ampliação dos domínios conseguisse alcançar os patamares desejados, era necessário que a classe dominante garantisse os meios de participação também àquelas minorias historicamente desvalorizadas, as quais seriam mais um elo na corrente de fortalecimento daquela política mascarada. Era necessário, portanto, que todos os grupos se sentissem representados para que o projeto da elite não sofresse resistência e oposição.

Mesmo se propondo a ser amplo, diversificado e participativo, o regime representativo brasileiro é, desde sempre, marcado por discriminações. A regra aplicada em cada momento histórico nos mostra que sempre haverá uma classe ou um grupo de indivíduos que terá a sua representação restringida, e no caso brasileiro essa discriminação atinge sempre os grupos majoritários.

Nesse sentido, cria-se uma farsa transvestida de regime representativo e democrático, quando, na prática, o que se observa é uma realidade totalmente antagônica arquitetada apenas para legitimar a atuação das elites dominantes.

Podemos observar tal realidade na visível falta de representatividade na composição do nosso Congresso Nacional. O Parlamento brasileiro é formado em sua grande maioria por homens brancos, héteros, empresários, ruralistas e altamente conservadores no aspecto religioso e social, enquanto o desenho da sociedade mostra-se totalmente contrário.

Tais incompatibilidades nos levam ao questionamento sobre a real efetividade do nosso sistema representativo, uma vez que o órgão legislativo, ao qual incumbe a tarefa de criar as legislações que irão reger nossas vidas, representa uma pequena parcela da sociedade detentora do capital, enquanto a grande maioria da população fica em segundo plano, vivendo a mercê daquilo que for posto.

Se passarmos nossa análise para a esfera do Judiciário, observaremos um grau ainda maior de utilização do discurso democrático e de defesa da diversidade como forma de legitimar a tomada de decisões de cunho meramente político.

Em virtude do fortalecimento do Judiciário nas últimas décadas, cresce cada vez mais a posição ativa da Suprema Corte, sob a denominação de guardião da Constituição, o que tem resultado em uma atuação cada vez mais efetiva e protagonista na resolução de todas as questões relevantes. Os ministros avocaram para si a competência de decidir e interpretar as disposições constitucionais utilizando como fundamento o discurso de que estão representando a vontade da maioria do povo.

Ocorre que, conforme exposto, o sistema representativo não expressa a real vontade popular e não reproduz a diversidade presente na sociedade. O que dizer então da suposta representação alegada pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, os quais não são nem eleitos pelo povo, sendo indicados por mera conveniência política?

Verifica-se que a suposta representatividade exposta nas decisões judiciais é ainda mais fantasiosa. São decisões de pessoas que não tem nenhuma vivência da realidade prática e que não possuem nenhum tipo de competência para expressar e representar a complexidade da sociedade.

Diante dessa evidente falta de representação em todos as searas, surge um ponto de questionamento que diz respeito ao posicionamento passivo do povo diante da realidade que se apresenta. Causa espanto o fato de que grande parcela dos indivíduos oprimidos pelas práticas dominantes não se reconhecem nessa posição e não oferece meios de oposição e resistência, mesmo sendo nítida a falta de representação e as inúmeras decisões amplamente excludentes e elitistas.

Essa falta de identidade resulta de uma alienação imposta pela efetiva atuação das elites, as quais utilizam seus instrumento de controle para disseminar os seus domínios sobre as massas subalternas. As ideias que são disseminadas nos diversos meios são as ideias dominantes, confirmando ainda mais a sua posição de dominação e fazendo surgir o que o autor Domenico Losurdo denomina de “multidão criança”.

Os componentes dessa “multidão criança” são transformados em uma massa de manobra que é cotidianamente controlada e conduzida segundo os interesses dos detentores do poder, demonstrando que a dominação exercida é tão cruel e perversa que a classe reprimida, mesmo tendo condições de reagir, não o faz. O autor conclui expondo que:

Verifica-se, em vez disso, uma assustadora queda no nível do debate político e a atomização da massa cria os pressupostos do triunfo do bonapartismo, baseado na relação, mais desigual do que nunca, que vê, por um lado, o líder, que pode apelar aos meios de comunicação mais poderosos e às técnicas mais refinadas de persuasão oculta e de manipulação, e por outro, uma multidão agora verdadeiramente “criança”, porque cada vez mais destituída de toda e qualquer organização e expressão autônoma. (LOSURDO, 2004, p. 164)

Segundo a narrativa hegemônica, pelo fato de constituírem uma massa desorganizada e insensata na tomada de suas decisões, a multidão formada necessitaria sempre de líderes capazes de representar os seus interesses e falar em seu nome. Daí surge o regime representativo como melhor forma de solucionar essa questão e dar ao povo voz nas decisões.

Ocorre que, diante da farsa da democracia pluralista, subsidiada pelo sufrágio universal, as elites encontraram um terreno fértil para perpetuar os seus domínios, dando ao povo a percepção hipócrita de que a decisão da maioria deve imperar, mesmo que essa

escolha resulte em um cheque em branco para a imposição de decisões excludentes e de claro retrocesso para a grande maioria.

Por fim, observa-se que o apoio ao discurso democrático, representativo e pluralista é apenas mais uma artimanha utilizada pela classe dominante que só será defendido por ela até o momento em que for favorável ao seus interesses. A partir do momento em que tais elementos forem interpretados como um obstáculo ao regime elitista, a supressão de direitos, as práticas antidemocráticas e o apoio ao retorno de regimes totalitários serão retomados, como já foi observado em outros períodos da nossa história.

4 CONCLUSÃO

Partindo de uma análise crítica sobre a atuação das elites brasileiras, principalmente no cenário político, notamos que a capacidade de impor a sua dominação foi, e continua sendo, decisiva para a ocorrência da grande maioria das mudanças formais experimentadas pelo nosso país.

Tais mudanças, como visto, serviram apenas para controlar o povo e impedir o fortalecimento de ideias contrárias aos posicionamento hegemônico. As mudanças ocorriam sempre em momentos marcados por insurgências populares, justamente como forma de manter o povo sob os seus domínios e demonstrar que o contexto político, jurídico e social encontrava-se em constante modificação e seguindo aquilo que era melhor para o bem comum.

Nesse contexto, as elites precisavam de meios que fossem capazes de prestar-lhes auxílio nessa busca pela disseminação de sua dominação, e diante disso, observou-se que o discurso seria a forma mais eficaz.

Assim, aparelhos ideológicos como a escola e a mídia acabaram se tornando meios cada vez mais utilizados, pelo fato de não possuírem um caráter de dominação repressiva expressa e pelo fato de atuarem principalmente de forma mascarada e alienante.

Outro ponto interessante quando se analisa a atuação das elites é a forma como ela se utiliza de mecanismos diversos para manter a sua posição de dominação. Nesse contexto, observamos que a valorização da democracia representativa e da diversidade social foram meios utilizado pela elite com o objetivo de manter o povo dominado, uma

vez que impõe uma ideia de maior e mais diversificada participação popular, quando na verdade, esses elementos são utilizados apenas como mais uma forma de legitimação dos domínios elitistas.

Constrói-se, portanto, uma falsa realidade em que o povo acredita que dele emanam todas as decisões, quando na verdade ele é tido apenas como uma massa de manobra, uma “multidão criança” que é conduzida segundo os interesses da elite dominante.

Observa-se ainda que essa falsa realidade se apresenta visível na falta de representatividade, mormente no âmbito legislativo, e na falta de coerência entre as decisões da Suprema Corte e a realidade social. Tais incoerências confirmam que a realidade posta é uma realidade de crise, marcada por uma política mascarada e rodeada de interesses minoritários, em detrimento da grande parcela da sociedade que vive como marionete, legitimando o poder daqueles que são claramente contra as suas questões.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**, Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1970.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado, 1988.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria Geral dos Direitos Fundamentais**, 5. ed. rev., atual. e ampl.- São Paulo: Atlas, 2014.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

GRETTER, Chico. **Mídia e Poder**: como os grupos dominantes utilizam os meios de comunicação de massa para manipular e perpetuar a dominação de classe. 2017. Disponível em: <http://aproffesp.org/files/Plen%23U00e1rias/2017/setembro/Noam_Chomsky__Herma_n_-_Midia_e_Poder_1.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

GUIMARÃES, Juarez (orgs.). **Raymundo Faoro e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou Bonapartismo**: triunfo e decadência do sufrágio universal, tradução Luiz Sérgio Henriques, Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MARX, Karl. **Os despossuídos**. São Paulo: Boitempo, 2017.

NEVES, Marcelo. **A Constituição Simbólica**. São Paulo: Acadêmica, 1994. 191 p.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.